

RESUMO EXECUTIVO

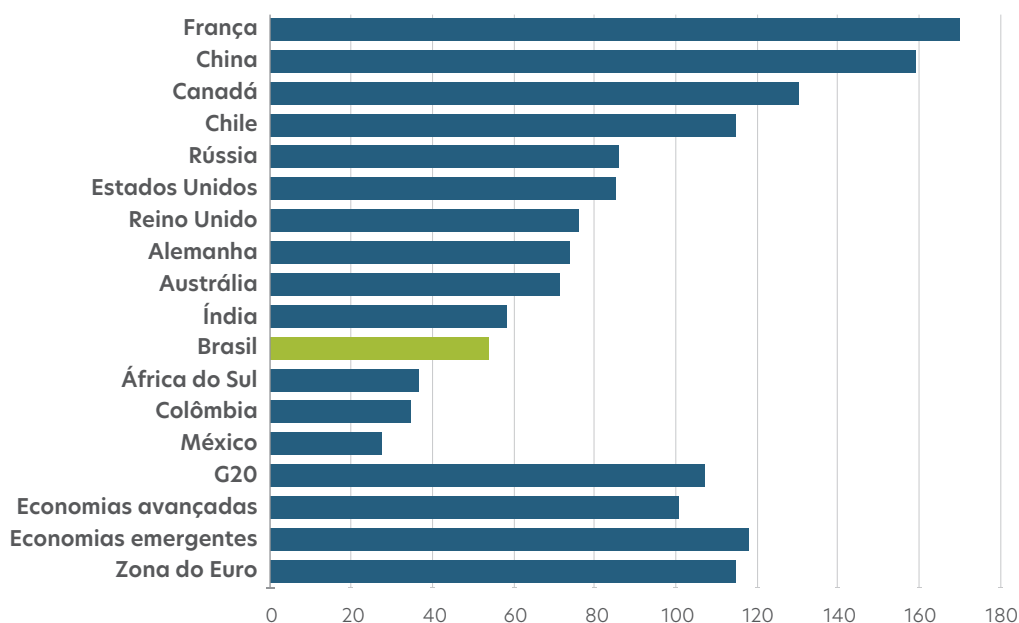
FINANCIAMENTO: BASE DO CRESCIMENTO

Ofácil acesso das empresas a linhas de financiamento é fundamental para o crescimento econômico sustentado de um país, como forma de viabilizar os investimentos, tão importantes para o aumento da capacidade de produção e da produtividade.

No Brasil, as empresas enfrentam, historicamente, dificuldades para ter acesso a financiamento, tanto pelo custo elevado como pela baixa disponibilidade de recursos. Essa restrição ao crédito limita o investimento nos setores produtivos e, conseqüentemente, reduz o potencial de crescimento da economia brasileira.

No caso de pequenas e médias empresas, as dificuldades no acesso a financiamento são ainda maiores, tanto pela dificuldade que as empresas têm em oferecer as informações financeiras exigidas pelos bancos, como pela menor capacidade que elas têm de prover garantias. Assim, as taxas de juros cobradas das pequenas e médias empresas são tipicamente mais elevadas, os prazos são menores e o acesso a fontes de financiamento não bancário (bolsa de valores e debêntures, por exemplo) se torna mais restrito.

Relação “crédito/PIB” (%) - Primeiro trimestre de 2021



Fonte: Banco de Compensações Internacionais.

Elaboração: Tendências.

Nota: o crédito retratado consiste em crédito para empresas não financeiras.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Reduzir o custo do crédito bancário e ampliar seu acesso por meio de:

- redução dos custos tributários e administrativos sobre a intermediação financeira;
- estímulo à concorrência entre as instituições financeiras;
- redução das assimetrias informacionais entre emprestadores e tomadores (a exemplo do cadastro positivo e do Open Banking);
- facilitação do acesso das empresas ao sistema de garantias; e
- aumento da segurança jurídica dos contratos de financiamento.

Ampliar o financiamento não bancário por meio de:

- atualização e aprimoramento da regulação, com a simplificação de normas e procedimentos;
- desenvolvimento de um arcabouço regulatório específico para a abertura de capital de empresas menores;
- fomento do desenvolvimento de fintechs; e
- atuação do Estado no mercado de capitais, seja no papel de coordenador da criação de ativos financeiros, seja por meio do BNDES.

Aprimorar as políticas de provisão pública de apoio ao crédito por meio de:

- aprimoramento do foco do crédito incentivado, mediante a adoção da prática sistemática de avaliação de impacto das políticas de crédito direcionado ou incentivado;
- manutenção e ampliação das políticas públicas de concessão de garantias, voltadas às pequenas e médias empresas;
- intensificação de programas de educação financeira, voltados aos empresários e à população em geral;
- promoção do financiamento das exportações, buscando o alinhamento entre o sistema brasileiro de financiamento e garantia às exportações com as melhores práticas internacionais;
- promoção do financiamento à inovação, com o alinhamento do orçamento público para CT&I a uma estratégia de longo prazo, que vise à superação de grandes desafios nacionais.



Veja as propostas na íntegra no documento, que pode ser acessado por meio do QR code ao lado ou em: <http://cni.com.br/eleicoes2022/propostas/>